



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2024

O Município de Cataguases (MG), por seu Prefeito Sr. José Henriques, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, **para CREDENCIAMENTO de entidades, insituições e associações esportivas especializadas em organização de eventos esportivos a fim de promover a realização de campeonatos de futsal e futebol de campo nas categorias infantil e adulto em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura de Cataguases**, nos termos do Art. nº 74, inciso IV da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, observadas as datas e horários discriminados. O agente de contratação responsável é o Sr. Murilo de Paula Abrita nomeada pela Portaria nº 647/2023.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 102.489,57

PERÍODO DE DIVULGAÇÃO:
30/09/2024 a 18/10/2024

PERÍODO DE ENTREGA DOS ENVELOPES:
De 8 horas do dia 30/09/2024 às 16h do dia 18/10/2024

Data da análise da documentação: 21/10/2024 às 9h

Endereço: Galeria Salgado Filho, situado na Rua Major Vieira, 212 Loja (Conjunto de Salas) nº 03, 2º Pavimento, Centro na cidade de Cataguases-MG

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES/ SETOR DE LICITAÇÕES não se responsabilizará por envelopes entregues em outro setor/pessoa ou protocolizados.

Os envelopes poderão ser entregues por via postal, hipótese em que somente serão aceitos caso sejam entregues no Município até a data e horário limite disposta neste edital.

Endereço para correspondência: Praça Santa Rita, 462, Centro – Cataguases CEP 36770-900.

Disponibilidade do edital: www.cataguases.mg.gov.br (licitações).

ESCLARECIMENTOS: licitacaopmcataguases@gmail.com - (32) 3429 2500 Ramal 153 (Murilo de Paula)

1. DO OBJETO:

1.1 Credenciamento de entidades, insituições e associações esportivas especializadas em organização de eventos esportivos a fim de promover a realização de campeonatos de futsal e futebol de campo nas categorias infantil e adulto em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura de Cataguases.

1.2 Serão credenciadas todas as instituições que apresentarem a documentação exigida no edital, dividindo o quantitativo total entre os credenciados.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste credenciamento os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6 Não poderão participar desta licitação os seguintes interessados:

2.6.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

2.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7 O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10 O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12 A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA HABILITAÇÃO

3.1 Será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

3.1.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

3.2 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

3.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

3.4 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;

3.5 A documentação necessária para habilitação dos participantes são os seguintes:

3.5.1 Cartão CNPJ

3.5.2 CPF do(s) dirigente (es), sócio(s), representante;

3.5.3 Número do PIS do sócio, representante, dirigente;

3.5.4 Habilitação Jurídica:

3.5.4.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

3.5.4.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

3.5.4.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.5.5 Regularidade Fiscal Federal e trabalhista:

3.5.5.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-Dívida Ativa) e INSS.

3.5.5.2 Prova de Regularidade relativa a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.5.5.3 Prova de Regularidade Trabalhista (CNDT).

3.5.6 Regularidade Fiscal Estadual e Municipal:

3.5.6.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

3.5.6.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal.

3.5.7 Da Qualificação Técnica

3.5.7.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares por meio da apresentação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor e deverão atestar de forma satisfatória o objeto deste processo.

3.5.8 Qualificação Econômico-Financeira:

3.5.8.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

3.5.8.2 Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (demonstrações contábeis) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

3.5.8.3 Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício que apresentem valores dos 2 (dois) últimos exercícios, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e inciso I do art. 69 da Lei 14.133/2021 e assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

3.5.8.4 Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

3.5.8.5 Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício.

3.5.9 Documentação Complementar:

3.5.9.1 Serão exigidas, ademais, dos licitantes as declarações dos arts 62 e ss da NLLC.

3.5.9.2 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis. **(conforme modelo anexo IV)**

3.5.9.3 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. **(conforme modelo anexo V)**

3.5.9.4 Declaração de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. **(conforme modelo anexo VI)**

3.5.9.5 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal ou societário, servidor do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021. **(conforme modelo anexo VII)**

3.5.9.6 Declaração que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Chefe do Poder Executivo Municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; **(conforme modelo anexo VIII)**

3.5.9.7 Declaração que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; **(conforme modelo anexo IX)**

3.5.9.8 Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante. **(conforme modelo anexo X)**

3.5.9.9 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; **(conforme modelo anexo XI)**



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

3.5.10 CADASTRO NO SICAF (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-se-como-fornecedor-da-administracao-publica>). (Cadastro totalmente gratuito)

3.5.11 Toda a documentação exigida poderá ser solicitada a critério do Agente de Contratação em original ou cópia autenticada por Tabelião de Notas ou autenticado pelo agente de contratação, Murilo de Paula Abrita;

3.5.12 Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas;

3.5.13 Na ausência ou desconformidade de qualquer documento necessário à habilitação, a critério do Agente de Contratação, poderá ser estipulado prazo para a regularização das desconformidades;

3.5.14 O envelope, contendo a documentação para habilitação, conterá na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE

ENDEREÇAMENTO: AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

REFERENCIA: DOCUMENTAÇÃO – CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2024

PARTICIPANTE: RAZÃO SOCIAL/NOME

3.5.15 As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição e apresentar a declaração conforme Anexo XII.

3.5.16 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.5.17 A não regularização da documentação, no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em seção pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório. Na hipótese de não contratação de empresas com direito de preferência, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

4. DA DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 Proposta de credenciamento, conforme modelo constante deste Edital.

5. DOS RECURSOS

5.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

5.3 O agente de contratação examinará a aceitabilidade do recurso na sessão, podendo:

a) recusá-lo, se:

1. Relativo a decisões e atos anteriores à sessão;

2. Ausentes os requisitos de admissibilidade do recurso, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

b) Rever a decisão questionada, praticando os atos necessários;

c) Receber o recurso, encaminhando-o para decisão após o fim do prazo para apresentação das razões e contrarrazões recursais.

5.4 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação e poderá ser enviado para o email secsaudecataguases@gmail.com ;

5.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

5.6 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

5.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

5.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

6. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

6.1 O objeto da licitação será adjudicado/homologado ao licitante declarado vencedor, pela Autoridade Competente.

7. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E OBRIGAÇÕES

7.1 Conforme termo de referência;

8. DAS CONDIÇÕES DE FORMALIZAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

8.1 Findo o processo de chamamento, a instituição credenciada será convocada para assinar o Termo de Credenciamento, devendo, para tanto, assinar de acordo com as opções enviadas no prazo de 05 (cinco) dias úteis da convocação.

8.2 O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado por igual período, quando solicitado pela empresa adjudicatária durante o seu transcurso, e desde que aceito pela Administração.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

8.3 Decorridos 60 dias da entrega da documentação, sem convocação para o credenciamento, ficam os interessados liberados dos compromissos assumidos pela sua participação neste credenciamento, salvo se ratificadas as condições propostas até o vencimento desse prazo, por igual período.

8.4 As situações não previstas neste Edital serão avaliadas e poderão ser objeto de Alteração ao Termo de Credenciamento;

8.5 Os empregados da CONTRATADA não terão nenhum vínculo empregatício com a Administração Municipal, sendo de exclusiva responsabilidade daquele as despesas com remuneração dos mesmos, seguros de natureza trabalhista vigente e quaisquer outros encargos que forem devidos referentes aos serviços e empregados;

8.6 Eventual inadimplemento pela CONTRATADA dos encargos previstos no item anterior não transfere à Administração Municipal a responsabilidade pelo seu pagamento e nem poderá onerar o objeto do Termo de Credenciamento;

9. DA HOMOLOGAÇÃO

9.1 Uma vez proferido o julgamento pelo agente de contratação e decorrido o tempo hábil para interposição de recursos, ou tendo havido desistência expressa destes, ou após o julgamento daqueles interpostos, será encaminhado ao Prefeito Municipal para a competente deliberação;

9.2 O Contrato terá a vigência a partir da data de sua assinatura ou outra data a ser definida no contrato;

9.3 Após o regular decurso da fase recursal, o processo de inexecução será submetido à autoridade competente para que se proceda à devida homologação.

10. DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTES

10.1 O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 30 dias do mês seguinte a apresentação da nota fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável;

10.1.1 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação;

10.1.2 O pagamento será efetuado através de depósito bancário em conta na instituição bancária indicada pelo Contratado;

10.2 Reequilíbrio dos preços (art. 124, II, "D", Lei 14.133/2021):

10.2.1 No caso de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro por parte do contratado, este deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço, indicando fatos imprevisíveis, se não for o caso, indicar fatos previsíveis com consequências imprevisíveis, apresentando, dessa forma, documentos comprobatórios dos fatos alegados e não se reportar a fatos absolutamente estranhos ao futuro contrato. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o contratante adotará, além de ampla pesquisa de preços, parecer contábil da solicitante e demonstração de reais impactos sobre a execução do futuro termo;

10.2.2 Não serão reconhecidos pedidos não fundamentados e desacompanhados de documentos que comprovem as alegações/fatos aludidos no pedido;

10.2.3 Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro é procedimento excepcional, não se admitindo o seu manejo para corrigir distorções da equação econômico-financeira do contrato que sejam decorrentes de preços que o contratado não teria condições de suportar já na época de apresentação do seu Projeto de Venda. Solicitações dessa natureza serão prontamente indeferidas;

10.2.4 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até trinta dias;

10.2.5 Durante a análise do pedido de reequilíbrio pelo contratante, não será admitida a suspensão do fornecimento do objeto desta chamada pública. Caso isso ocorra, constituirá inexecução parcial das obrigações assumidas, implicando a instauração de Processo Administrativo para aplicação das sanções cabíveis;

10.2.6 Sob nenhum pretexto haverá reequilíbrio econômico-financeiro retroativo, o prazo será contado a partir da manifestação do contratado, para os próximos fornecimentos para os quais não tenha sido ainda emitida a Ordem de Fornecimento.

11. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1 O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2024 podendo ser prorrogado de acordo com o art. 107 da Lei 14.133/2021.

12 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

12.1 As obrigações do contratante e do contratado são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato, bem como em outros itens constantes deste Edital.

13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A execução dos fornecimentos será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do contratante, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 14.133/2021, conforme detalhado no Termo de Referência;

13.2 O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade do contratado e nem confere ao contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados;

13.3 O contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com o presente Edital e seus anexos.

14. DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

14.1 A forma de recebimento são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato, bem como em outros itens constantes deste Edital.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

15. DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de contrato, nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, concomitantemente, sem o prejuízo de outras:

16.1.1 Advertência, comunicando o contratado sobre o descumprimento de obrigações assumidas, e, conforme o caso, informando o prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis;

16.1.2 Multa:

a) de mora, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do objeto a ser entregue, por dia de atraso no fornecimento do objeto, sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração. Após cinco dias úteis, sem o objeto tenha sido entregue, caracterizará descumprimento do contrato, ensejando sua rescisão;

b) de mora, correspondente a 1% (um por cento) do valor do objeto recusado. Não havendo a troca ou a complementação do objeto recusado no prazo de quarenta e oito horas, caracterizará descumprimento do contrato, ensejando sua rescisão. Consequência idêntica terá se ocorrer nova recusa no mesmo fornecimento;

c) de mora, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do objeto, por dia, pelo atraso na retirada do objeto recusado, até o limite de cinco dias úteis, sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração. Após esse prazo, sem que o objeto tenha sido retirado, será considerado abandono dos materiais, podendo a administração dar-lhes a destinação que julgar conveniente;

d) compensatória, correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto vinculado à obrigação não cumprida;

16.2 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente, em favor do contratado. Caso o valor a ser descontado for superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário, e com prazo de dez dias para pagamento por meio de GRU;

16.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura de Cataguases-MG pelo prazo de até dois anos;

16.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;

16.5 Incorre nesta sanção, entre outros, aquele que entregar produtos de outrem, como se fosse desua produção;

16.6 A recusa injustificada do proponente vencedor em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

16.7 As sanções serão, quando for o caso, registradas no SICAF, e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e nas demais cominações legais;

16.8 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao contratado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de cinco dias úteis, ou de dez dias úteis quando houver indícios de inidoneidade, contado a partir da data em que o contratado tomar ciência.

17. FONTE DE RECURSO

17.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos provenientes 2024, a saber:

FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES - Contribuições - ficha 1837

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Fica assegurado ao Agente de Contratação o direito de intervir no interesse da Administração, sem que caiba aos interessados qualquer tipo de reclamação ou indenização;

18.2 As insituições que forem qualificadas serão autorizadas, por ocasião da caracterização da efetiva necessidade a prestar os serviços que compõe o objeto desta licitação.

18.3 Fica assegurado à Autoridade Competente o direito de no interesse da Administração Municipal, sem que caiba aos participantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

18.4 Cancelar a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente Edital, dando ciência aos participantes, através da publicação no Diário Oficial do Município;

18.5 Alterar as condições deste Edital, bem como as especificações de qualquer exigência pertinente à qualificação, fixando novo prazo para a entrega dos documentos, se assim for imprescindível.

18.6 Os participantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

18.7 A (s) dúvida (s) que surgirem em qualquer fase do procedimento licitatório, serão dirimidas pela Comissão de Licitação, observados os preceitos legais pertinentes.

18.8 A participação neste CHAMAMENTO implicará na aceitação plena e irretratável das normas do Edital e especificações que o acompanham e o integram, bem como na observância e submissão aos preceitos legais e regulamentares em vigor, notadamente da lei 14.133/2021 e suas alterações;

18.9 Integram este Aviso de Credenciamento para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.9.1 ANEXO I – Termo de referência

18.9.2 Anexo II - Modelo de proposta

18.9.3 Anexo III - Minuta do contrato

18.9.4 Anexo IV- MODELO DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

- 18.9.5 Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGO
- 18.9.6 Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO ATENDIMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS
- 18.9.7 Anexo VII - MODELO DE DECLARAÇÃO SERVIDOR PUBLICO
- 18.9.8 Anexo VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO VÍNCULO DE NATUREZA ECONOMICA
- 18.9.9 Anexo IX - MODELO DE DECLARAÇÃO CONDENAÇÃO DE 05 CINCO ANOS.
- 18.9.10 Anexo X - MODELO DE DECLARAÇÃO SANÇÕES VIGENTES
- 18.9.11 Anexo XI - MODELO DE DECLARAÇÃO NÃO EMPREGA MENOR
- 18.9.12 Anexo XII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME/EPP/EQUIPARADAS
- 18.9.13 Anexo XIII - Pedido de abertura na íntegra da Secretaria de Esportes
- 18.9.14 Anexo XIV - Parecer jurídico abertura

Cataguases, 26 de setembro de 2024.

José Henriques
Prefeito de Cataguases



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objetivo definir os elementos que norteiam a realização da contratação por meio de credenciamento conforme Art. 74 Inc. IV da lei federal 14.133/2021 onde será credenciada entidades, instituições e associações esportivas especializadas em organização de eventos esportivos a fim de promover a realização de campeonatos de futsal e futebol de campo nas categorias infantil e adulto em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura de Cataguases. A entidade especializada na organização de eventos esportivos/ liga de futebol a ficará responsável por toda parte operacional que engloba as competições, tais como arbitragem, mesários, segurança, locação de campos e equipamentos necessários a execução dos serviços.

2- JUSTIFICATIVA

Com a intenção de atrair um número considerável de público, acarretando em um impacto positivo tanto esportivo como econômico para a cidade, considerou-se a possibilidade da manutenção dessas atividades que tradicionalmente ocorrem na cidade, como competições regionais de escolinhas e adulto, além de atingir as seletivas do JEMG que definirá as equipes da cidade como participantes dos **JOGOS ESCOLARES DE MINAS GERAIS**. Incluindo, também, o curso de arbitragem, devido à escassez de árbitros no Município e a promoção do campeonato de servidores municipais.

Os eventos serão realizados pela entidade especializada na organização de eventos esportivos/ ligas de futebol contratada e deu origem a este TR para que se verifique a viabilidade de realização dessas atividades esportivas, que envolverá o calendário esportivo municipal no período de 04 (quatro) meses.

3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1- As entidades especializada na organização de eventos esportivos/ ligas de futebol interessadas devem apresentar propostas conforme especificado no Edital.

3.2- Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares por meio da apresentação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor e deverão atestar de forma satisfatória o objeto deste processo.

4- ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DO SERVIÇO

4.1 Os códigos utilizados na planilha abaixo são referentes as descrições/ especificações mais próximas encontradas em pesquisa no " COMPRASNET" devendo ser considerado as descrições/ especificações deste termo.

4.2 A entidade especializada em organização de eventos esportivos, efetuará toda a organização dos eventos, organização esta que engloba toda a parte operacional, contratação dos campos, arbitragem e auxiliares, segurança do evento.

LOTE Único : Contratação de entidade especializada na organização de eventos esportivos/ ligas de futebol

ITEM	QTD	UND	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
1	48	UND	Equipe composta de 01 (um) árbitro principal, 02 (dois) assistentes/bandeiras) e 01 (um) mesário para realização dos jogos de futebol de campo do Campeonato Regional, categoria 13 e 15 anos edição 2024. O árbitro e os assistentes deverão estar devidamente uniformizados, ter em posse cartões, apito, relógio e os assistentes ter em mãos materiais próprios e bandeiras.	18449
2	24	UND	Equipe composta de 01 (um) árbitro principal, 02 (dois) assistentes/bandeiras) e 01 (um) mesário para realização dos jogos de futebol de campo do Campeonato Regional categoria Adulto edição 2024, sendo que o árbitro e os assistentes deverão estar devidamente uniformizados, ter em posse cartões, apito, relógio e os assistentes ter em mãos materiais próprios e bandeiras.	18449
3	24	UND	Equipe composta de 01 (um) árbitro principal, 02 (dois) assistentes/bandeiras) e 01 (um) mesário para realização dos jogos de futebol de campo do Campeonato Regional copa zona da mata 15 anos edição 2024, sendo que o árbitro e os assistentes deverão estar devidamente uniformizados, ter em posse cartões, apito, relógio e os assistentes ter em mãos materiais próprios e bandeiras.	18449
4	22	UND	Equipe composta de 02 (dois) árbitros de futsal para seletiva do JEMG, que ocorrerá durante a semana, na qual definirá os representantes da cidade na etapa regional da competição, os árbitros deverão possuir materiais próprios tais, como, apitos, cartões e estar devidamente uniformizados.	18449



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

5	2	UND	Efetuar pagamentos de 02 (duas) taxas de inscrição, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) cada, referente ao Campeonato Regional Sub-13 e Sub-15.	25232
6	1	UND	Efetuar pagamento de 01 (uma) da taxa de inscrição, no valor de R\$ 2.300 (dois mil e trezentos reais), referente ao Campeonato Regional Adulto.	25232
7	1	UND	Efetuar pagamento de 01 (uma) da taxa de inscrição, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), referente à Copa Zona da Mata Regional Sub-15.	25232
8	29	UND	Aluguel de campo de futebol para as realizações das partidas da Copa da Zona da Mata Regional sub-15 e do Campeonato Regional Sub-13 e Sub-15, será necessário à contratação de um campo de futebol na cidade de Cataguases, devidamente alambrado, com medidas oficiais e que tenha vestiários para a equipe mandante e visitantes, no dia dos jogos, o campo deverá estar devidamente marcado de acordo com as normas da liga organizadora. É obrigatório que o estádio também tenha um vestiário separado para atender a equipe de arbitragem que trabalhará nas partidas, sendo necessário, chuveiro, vaso sanitário e local para troca de vestuário. É obrigatório que se tenha espaço para o mesário trabalhar e realizar suas anotações e conferências de documentações para o jogo.	22721
9	1	UND	Ministração de 01 (um) curso de arbitragem para futsal, com duração de 03 (três) dias, e oferecimento de no mínimo 20 (vinte) vagas.	18449
10	22	UND	Equipe composta por 02 (dois) árbitros de futsal para realização do primeiro campeonato entre os servidores públicos de Cataguases, os árbitros deverão possuir matérias próprios tais apitos, cartões e estar devidamente uniformizados. Os jogos irão acontecer durante a semana.	18449
11	100	SERV	Equipe de apoio composta por no mínimo 2 (duas) mulheres e 4 (quatro) homens, para auxiliar na organização do evento em geral.	17205

5- DO VALOR TOTAL ESTIMADO

A estimativa do valor da contratação foi obtida através do preço médio de três orçamentos. O valor total estimado da referida contratação é de **R\$ 102.489,57 (Cento e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos)**, conforme mapa analítico no anexo I ao final do TR.

6- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, devendo comunicar à **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação;
- Fornecer toda a mão de obra e equipamentos necessários à fiel e perfeita execução dos serviços;
- Responder pela correção e qualidade dos serviços, observando as normas éticas e técnicas aplicáveis, reparando, corrigindo, removendo, reconstruindo ou substituindo às suas expensas, no total ou em partes, esses serviços, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou do emprego de materiais inadequados;
- Executar o objeto do Contrato dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes;
- Arcar com todas as despesas relativas aos encargos tributários, fiscais, previdenciários, securitários e trabalhistas, que incidam ou venham incidir sobre a prestação dos serviços;
- Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como cumprir, rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a realização dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução do objeto da contratação, respondendo por si ou por seus sucessores, ficando ainda sob sua responsabilidade, a fidelidade das informações a serem prestadas;
- Contratação de árbitros, sendo, árbitro principal, auxiliares e mesário de campo, obrigatório uniforme próprio, camisa, meia e bandeiras, cartões amarelo e vermelho, apito;
- Arcar com as despesas de transporte dos árbitros até o local dos jogos;
- Almoço e lanche de toda a equipe (árbitros, mesários, assistentes, equipe de apoio, etc..) da entidade.

7- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas;
- Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, em caso de alguma insatisfação ou desacordo, garantindo à mesma o direito de defesa;
- Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual; sendo responsável pela fiscalização do contrato e análise dos atestados o Sr. Rafael Rodrigues Carvalho.



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

8- FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será feito em 02 (duas) parcelas. A primeira parcela será paga até 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços com a devida apresentação da nota fiscal e a segunda parcela, até 30 (trinta) dias após recebimento da primeira parcela, todas com as devidas notas fiscais. Cada parcela no valor de R\$ 51.244,78 (Cinquenta e um mil, duzentos e quarenta e quatro reais e setenta e oito centavos) cada.

9- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Centro de Custo: 17

Ficha:1837 / bloqueio: 501.

Valor total estimado:

R\$ 102.489,57 (Cento e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos).

Daniel Maciel da Silva
Secretário de Esportes

Rafael Rodrigues Carvalho
Assessor Administrativo VI
Fiscal do Contrato



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2024

DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE
Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
Telefone	
Dados bancários	

Ilma. Sr. Murilo de Paula Abrita, agente de contratação.

Vimos por meio desta, apresentar nossos documentos, manifestando nosso interesse em firmar contrato administrativo para participação no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2024**, com objeto de credenciamento de entidades esportivas especializadas em organização de eventos esportivos a fim de promover a realização de campeonatos de futsal e futebol de campo nas categorias infantil e adulto em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura de Cataguases.

Valor global da proposta: R\$ 102.489,57 (cento e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos).

A proposta engloba todos os itens com todos os valores definidos pela Secretaria de Esportes.

Declaramos estar cientes de todas as cláusulas do Edital e seus anexos.

Data: _____

Assinatura: _____

Nome do Representante legal do Proponente: _____



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO III

Termo de credenciamento

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2024

TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAGUASES, POR MEIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES E _____, PARA CREDENCIAMENTO ENTIDADES, INSITUIÇÕES E ASSOCIAÇÕES ESPORTIVAS ESPECIALIZADAS EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS A FIM DE PROMOVER A REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS DE FUTSAL E FUTEBOL DE CAMPO NAS CATEGORIAS INFANTIL E ADULTO EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES DA PREFEITURA DE CATAGUASES.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, com sede à Praça Santa Rita, 462 – Centro, Cataguases (MG), CNPJ/MF 17.702.499/0001-81, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE**, representada neste ato pelo Exmo. Sr. Prefeito, José Henriques, e de outro lado _____, com endereço na _____, representado neste ato por _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 133/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 031/2024 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (Art. 92, I e II)

1.1 Credenciamento de entidades, insituições e associações esportivas especializadas em organização de eventos esportivos a fim de promover a realização de campeonatos de futsal e futebol de campo nas categorias infantil e adulto em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura de Cataguases, a saber:

ITEM	QTD	UND	ESPECIFICAÇÃO	Vr. Unit	Vr. total
1	48	UND	Equipe composta de 01 (um) árbitro principal, 02 (dois) assistentes/bandeiras) e 01 (um) mesário para realização dos jogos de futebol de campo do Campeonato Regional, categoria 13 e 15 anos edição 2024. O árbitro e os assistentes deverão estar devidamente uniformizados, ter em posse cartões, apito, relógio e os assistentes ter em mãos materiais próprios e bandeiras.	573,33	27.519,84
2	24	UND	Equipe composta de 01 (um) árbitro principal, 02 (dois) assistentes/bandeiras) e 01 (um) mesário para realização dos jogos de futebol de campo do Campeonato Regional categoria Adulto edição 2024, sendo que o árbitro e os assistentes deverão estar devidamente uniformizados, ter em posse cartões, apito, relógio e os assistentes ter em mãos materiais próprios e bandeiras.	1.183,33	28.399,92
3	24	UND	Equipe composta de 01 (um) árbitro principal, 02 (dois) assistentes/bandeiras) e 01 (um) mesário para realização dos jogos de futebol de campo do Campeonato Regional copa zona da mata 15 anos edição 2024, sendo que o árbitro e os assistentes deverão estar devidamente uniformizados, ter em posse cartões, apito, relógio e os assistentes ter em mãos materiais próprios e bandeiras.	310,00	7.440,00
4	22	UND	Equipe composta de 02 (dois) árbitros de futsal para seletiva do JEMG, que ocorrerá durante a semana, na qual definirá os representantes da cidade na etapa regional da competição, os árbitros deverão possuir materiais próprios tais, como, apitos, cartões e estar devidamente uniformizados.	70,00	1.540,00
5	2	UND	Efetuar pagamentos de 02 (duas) taxas de inscrição, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) cada, referente ao Campeonato Regional Sub-13 e Sub-15.	600,00	1.200,00
6	1	UND	Efetuar pagamento de 01 (uma) da taxa de inscrição, no valor de R\$ 2.300 (dois mil e trezentos reais), referente ao Campeonato Regional Adulto.	2.300,00	2.300,00
7	1	UND	Efetuar pagamento de 01 (uma) da taxa de inscrição, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), referente à Copa Zona da Mata Regional Sub-15.	700,00	700,00



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

8	29	UND	Aluguel de campo de futebol para as realizações das partidas da Copa da Zona da Mata Regional sub-15 e do Campeonato Regional Sub-13 e Sub-15, será necessário à contratação de um campo de futebol na cidade de Cataguases, devidamente alambrado, com medidas oficiais e que tenha vestiários para a equipe mandante e visitantes, no dia dos jogos, o campo deverá esta devidamente marcado de acordo com as normas da liga organizadora. É obrigatório que o estádio também tenha um vestiário separado para atender a equipe de arbitragem que trabalhará nas partidas, sendo necessário, chuveiro, vaso sanitário e local para troca de vestuário. É obrigatório que se tenha espaço para o mesário trabalhar e realizar suas anotações e conferências de documentações para o jogo.	316,66	9.183,14
9	1	UND	Ministração de 01 (um) curso de arbitragem para futsal, com duração de 03 (três) dias, e oferecimento de no mínimo 20 (vinte) vagas.	5.666,66	5.666,67
10	22	UND	Equipe composta por 02 (dois) árbitros de futsal para realização do primeiro campeonato entre os servidores públicos de Cataguases, os árbitros deverão possuir matérias próprios tais apitos, cartões e estar devidamente uniformizados. Os jogos irão acontecer durante a semana.	70,00	1.540,00
11	100	SERV	Equipe de apoio composta por no mínimo 2 (duas) mulheres e 4 (quatro) homens, para auxiliar na organização do evento em geral.	170,00	17.000,00
				Total	102.489,57

- 1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.2.1 O Termo de Referência do edital referente ao PL 133/2024;
1.2.2 A Proposta do contratado; e
1.2.3 Eventuais anexos dos documentos que compõem o processo.

CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA

- 2.1 O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2024 contados a partir de e finalizado em
2.2 O credenciamento poderá ser prorrogado de acordo com o art. 107 da Lei 14.133/2021 desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR

- 3.1 O valor da contratação é de R\$ (.....).
3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO

- 4.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, a saber:
4.1.1 O pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pelo Setor Financeiro da Prefeitura Municipal de Cataguases, por processo legal, no prazo de **30 (trinta) dias** após a apresentação da Nota Fiscal e prestação de serviços que será autorizada pela Secretaria de Esportes.
4.1.2 O pagamento será feito em 02 (duas) parcelas. A primeira parcela será paga até 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços com a devida apresentação da nota fiscal e a segunda parcela, até 30 (trinta) dias após recebimento da primeira parcela, todas com as devidas notas fiscais. Cada parcela no valor de R\$ 51.244,78 (Cinquenta e um mil, duzentos e quarenta e quatro reais e setenta e oito centavos) cada.
4.1.3 Será feita uma verificação dos resultados de análise objeto da contratação recebida, se em conformidade com as
4.1.4 Averiguada qualquer anormalidade, será emitido um termo de não recebimento, devendo nesta hipótese a contratada tomar às devidas providências necessárias visando à adequação de rigor, sem quaisquer ônus a Administração contratante.
4.1.5 O recebimento definitivo não isenta a contratada da substituição necessária decorrente de impropriedade de materiais somente averiguada quando da efetiva utilização dos mesmos. Nesta hipótese, como de rigor, a contratada realizar as adequações que se fizerem necessária, sem ônus à Administração contratante.
4.1.6 Deverão ser enviadas juntamente com as Notas Fiscais as Certidões de Regularidade Fiscal e trabalhista.
4.1.7 Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à instituição contratada carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

4.1.8 Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

4.1.9 Atender as exigências conforme Decreto 5.811/2023 e tributação vigente.

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE (art. 92, V)

5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do início do presente contrato sendo ____/____/____ (DD/MM/AAAA).

5.2 Em havendo interesse da Contratante em optar pela prorrogação do contrato, os preços serão reajustados pelo índice IPCA, ou outro índice que o Governo Federal ou a Administração Municipal venha a adotar para os Contratos da espécie. Se o mês da assinatura do aditamento contratual não houver sido publicado o índice referido e sua variação, será usado a variação dos imediatamente 12 (doze) meses anteriores.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

6.1 Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas;

6.2 Notificar a *CONTRATADA*, por escrito, em caso de alguma insatisfação ou desacordo, garantindo à mesma o direito de defesa;

6.3 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela *CONTRATADA*;

6.4 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual; sendo responsável pela fiscalização do contrato e análise dos atestados o Sr. Rafael Rodrigues Carvalho.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

7.1 Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, devendo comunicar à *CONTRATANTE*, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação;

7.2 Fornecer toda a mão de obra e equipamentos necessários à fiel e perfeita execução dos serviços;

7.3 Responder pela correção e qualidade dos serviços, observando as normas éticas e técnicas aplicáveis, reparando, corrigindo, removendo, reconstruindo ou substituindo às suas expensas, no total ou em partes, esses serviços, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou do emprego de materiais inadequados;

7.4 Executar o objeto do Contrato dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes;

7.5 Arcar com todas as despesas relativas aos encargos tributários, fiscais, previdenciários, securitários e trabalhistas, que incidam ou venham incidir sobre a prestação dos serviços;

7.6 Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como cumprir, rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a realização dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

7.7 Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar à *CONTRATANTE* ou a terceiros, provenientes da execução do objeto da contratação, respondendo por si ou por seus sucessores, ficando ainda sob sua responsabilidade, a fidelidade das informações a serem prestadas;

7.8 Contratação de árbitros, sendo, árbitro principal, auxiliares e mesário de campo, obrigatório uniforme próprio, camisa, meia e bandeiras, cartões amarelo e vermelho, apito;

7.9 Arcar com as despesas de transporte dos árbitros até o local dos jogos;

7.10 Almoço e lanche de toda a equipe (árbitros, mesários, assistentes, equipe de apoio, etc..) da entidade.

CLÁUSULA OITAVA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

8.1 As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

8.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

8.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

8.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.10 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

8.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) de mais multas que poderão ser apuradas de acordo com a Lei 14.133/2021 em um eventual Pprocesso Administrativo de Responsabilização (PAR), quando necessário.

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo determinado pela Comissão Processante, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

10.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL/CREDENCIAMENTO ([art. 92, XIX](#))

11.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.6 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

11.7 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da instituição não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.8 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.9 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

11.10 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

11.11 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES - Contribuições - ficha 1837

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: GESTOR DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

15.1 O contrato, ou instrumento equivalente oriundo desta contratação, terá Fiscal o servidor Rafael Archangelo Guedes.

15.2 Fica sobre a responsabilidade o Secretário de Esportes a gestão do contrato que vai direcionar e acompanhar todo procedimento da instituição credenciada juntamente com a fiscal do contrato.

15.3 Na ausência dos servidores que ocupam os cargos acima, os responsáveis tanto pela gestão quanto pela fiscalização serão os servidores que estiverem atuando em substituição aos referidos cargos.

15.4 Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

15.5 Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e

procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato etc.

15.6 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.7 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo site oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Cataguases (MG) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#). Cataguases, ____ de ____ de 2024.

Pregoeiro

Prefeito de Cataguases

Procurador Geral do Município

Testemunhas: _____



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO IV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A _____ inscrita no CNPJ sob o
nº _____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, para todos os efeitos legais que atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório, sob pena das sanções cabíveis; (inciso I do art. 63 da Lei 14.133/21).

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; (inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/21).

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO VI

PPROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

nº _____ A _____ inscrita no CNPJ sob
_____ sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; (inciso IV & 1º do art. 63 da Lei 14.133/21).

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO VII

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da lei, de que não possui em seu quadro de pessoal ou societário servidor do Poder Executivo Municipal nos termos do art. 9º, & 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO VIII

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

nº _____ A _____ inscrita no CNPJ sob
_____ sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Chefe do Poder Executivo Municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 9º, & 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO IX

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO X

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, que nossa instituição/associação não está impedida de contratar com a Administração Pública, Direta e Indireta, assim como não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera; e não existe fato impeditivo à nossa habilitação e contratação.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO XI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em cumprimento o art. 7º, inciso XXXIII da CF/88, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO XII

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2024

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE,
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA, AGRICULTOR FAMILIAR
OU SOCIEDADE COOPERATIVA**

OBSERVAÇÕES: Este modelo deverá ser copiado na forma e na íntegra

À

Prefeitura do Município de Cataguases

....., inscrito no CNPJ nº, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da
Carteira de Identidade nº e do CPF nºDECLARA, para fins do
disposto no § 2º do Decreto nº 10.273 de 13 de março de 2020, de que cumpre os requisitos legais para a
qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor
rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa, o que o tornará apto a usufruir do tratamento
favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006

.....
(data)

.....
(assinatura do representante legal)